
EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
o uso de manifestações culturais para a implementação da lei 10.639/2003

EDUCATION AND ETHNIC-RACIAL RELATIONSHIPS:
the use of cultural events for the implementation of law 10.639/2003

EDUCACIÓN Y RELACIONES ÉTNICO-RACIALES:
el uso de eventos culturales para la implementación de la ley 10.639/2003

Janilce Marcia Sousa Fonseca

Graduada pela Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (UFMA) -
janilcesousa@hotmail.com

Resumo

Este trabalho consiste na elaboração e apresentação de um documentário que relata as vivências da escola Centro de Ensino Japiacú envolvendo questões educacionais, raciais e o uso de algumas manifestações culturais na implementação da Lei 10.639/2003. Apresentação deste memorial descritivo tem como foco as exposições, discussões, reflexões e desafios desenvolvidos durante a aplicação do projeto CULTURA MARANHENSE: manifestações populares, desenvolvido e executado no semestre letivo 2018.1 e 2018.2 na disciplina de estágio, coordenado pela Prof.^a Maria da Guia Viana, supervisora técnica pelo Prof.^a Rosenice Frazão de Jesus, auxiliada pela estagiária e graduanda Janilce Márcia Fonseca Sousa do Curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do Maranhão.

Palavras-chave: Cultura. Educação. Lei 10639/2003. Relações étnico-raciais.

Abstract

This work consists of the elaboration and presentation of a documentary, which relates the experiences of the Japiacú School of Education, involving educational, racial issues and the use of some cultural manifestations in the implementation of Law 10.639 / 2003. Presentation of this descriptive memorial focuses on the expositions, discussions, reflections and challenges developed during the application of the project CULTURA MARANHENSE: popular demonstrations, developed and executed in the academic semester 2018.1 and 2018.2 in the course discipline, coordinated by Prof.^a Maria da Guia Viana, technical supervisor by Prof.^a Rosenice Frazão de Jesus, assisted by the trainee and graduate student Janilce Márcia Fonseca Sousa of the African and Afro-Brazilian Studies Course of the Federal University of Maranhão.

Keywords: Culture. Education. Lei 10639 / 2003. Ethnic-racial relations.

Resúmenes

Este trabajo consiste en la elaboración y presentación de un documental que informa sobre las experiencias de la escuela Centro de Ensino Japiacú que involucran cuestiones educativas, raciales y el uso de algunas manifestaciones culturales en la implementación de la Ley 10.639 / 2003. La presentación de este memorial descriptivo se centra en las exposiciones, debates, reflexiones y desafíos desarrollados durante la aplicación del proyecto CULTURA MARANHENSE: eventos populares, desarrollados y ejecutados en el semestre académico 2018.1 y 2018.2 en la disciplina de pasantías, coordinado por la Prof.^a Maria da Guia Viana, supervisor técnico por la Prof.^a Rosenice Frazão de Jesus, asistida por la estudiante interna y graduada Janilce Márcia Fonseca Sousa del Curso de Estudios Africanos y Afrobrasileños en la Universidad Federal de Maranhão.

Palabras clave: Cultura. Educación. Ley 10639/2003. Relaciones étnico-raciales.

Sinopse

O documentário relata as discussões e desafios vividos por professores para a implementação da Lei 10.639/2003 na educação básica. Acompanhamos o desenrolar do projeto interdisciplinar “Manifestações Culturais para o ensinamento das relações étnicoraciais” que foi desenvolvido na escola Cento de ensino Japiacú. Composto por um conjunto de entrevistas realizadas com estudantes, professores (as), especialistas em educação e membros dos movimentos culturais maranhenses, o documentário discute as relações étnicoraciais no espaço escolar e as barreiras encontradas pelos (as) professores (as) ao tentar implementar a Lei 10.639/2003 na educação básica, abordando, também, as estratégias usadas pelos (as) mesmos (as) para alcançar tal objetivo. No caso mostrado utiliza-se de brechas no currículo para tratar das questões étnico-raciais por meio de manifestações culturais populares do estado do Maranhão, tal experiência é relatada por alunos (as) envolvidos no projeto, professores (as) e a gestora da instituição, e discutida por professoras da Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal de Minas Gerais e o gestor do Centro de Vivência e Referência Casa do Tambor de Crioula.

Bairro e Escola

Bairro do Anjo da Guarda

Localizado atualmente na Área Itaquí Bacanga. O bairro do Anjo da Guarda surgiu após uma grande tragédia, em 14 de outubro de 1968 ocorreu um grande incêndio no bairro do Goiabal, que até hoje não teve suas origens reveladas. Há rumores que teria sido provocado por fogos de artifício, ou que foi por causa de um pescador que assava peixe na beira do rio e outros dizem que foi por conta de uma lamparina. O incêndio destruiu um grande número de moradias, deixando uma grande quantidade de vítimas (entre mortos e feridos). O incêndio teria destruído mais de 78 casas e deixando mais de 100 famílias desabrigadas, assim relatou os dados da Comissão Estadual de Transferência de População (CETRAP) (COSTA, 2017).

Com esse cenário de dor e desespero, se desenvolveu um sentimento de solidariedade e comoção pelas vítimas deste incidente. Comoção que não atingiu somente a população mais próximas da área afetada, mas o poder público, a Igrejas, a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA), a Telecomunicações do Maranhão (TELMA), dentre outros.

Desse modo os desabrigados foram remanejados para outra localidade, conhecida naquela época de Itapicuraíba. Lá receberam ajuda de custo, roupas, alimentos e cobertores para suprir suas necessidades mínimas. Com o passar do tempo o que era Itapicuraíba virou Vila Anjo da Guarda. Houve um crescimento repentino desta Vila com chegada de operários, que precisavam de um local para morar que não fosse de alto custo e que fosse próximo ao centro da cidade de São Luís, assim a Vila Anjo da Guarda tornou-se o Bairro Anjo da Guarda como é conhecido atualmente.

Com o crescimento do bairro, foram se evidenciando alguns aspectos peculiares, o bairro desenvolveu uma fama de ser um local de extrema pobreza e descaso público. A falta de equipamentos e estrutura, bem como a precariedade pode ser associada com a grande marginalização no bairro e em suas áreas mais próximas. O Anjo da Guarda, era e ainda vem sendo motivo de muitas manchetes em jornais, por questões que envolvam feminicídio, brigas de facções, e acertos de contas, estes dois últimos, na maioria das vezes, são provocados pelo tráfico de drogas, que é marcante no bairro.

Mas nem tudo são espinhos, a comunidade do bairro Anjo da Guarda em grande parte desenvolve projetos voltados para arborização de ruas e praças, que conta exclusivamente com a participação de moradores. No Bairro, também existe um clube de mães, que desenvolve cursos de artesanato para as mães do bairro e adjacentes, afim de gerar uma renda para essas mulheres, há também projetos voltados para os jovens, seja na área de esportes e lazer, seja como incentivo à cultura e ao teatro.

O bairro tem um teatro próprio, que representa uma das grandes vitórias para um bairro periférico e um dos grandes louros da comunidade do Anjo da Guarda é desenvolvido por este teatro, a Via Sacra que é realizada a trinta e oito anos, nas ruas e praças do bairro. Um grande espetáculo teatral ao ar livre com duração aproximadamente de quatro horas, que já foi considerado uma das maiores produções desse gênero no Brasil. A Via Sacra é desenvolvida pelo grupo Grita que já tem aproximadamente quarenta e cinco anos de existência. O Grita também trabalha com a educação e a promoção da cidadania através da arte, desenvolvendo vários cursos, oficinas e produções voltadas para a juventude da Área Itaqui Bacanga.

A comunidade se mantém forte e unida mesmo neste contexto, hora hostil, hora de esplendor. Hoje o bairro tem uma grande atividade econômica em relação a outros bairros periféricos, existem lojas, feiras, supermercados, bancos, escolas, estação de trem, hospitais e

delegacias, o porto do Itaqui, há também na área Itaqui Bacanga a presença da empresa VALE, que é considerada uma das maiores multinacionais do mundo. Sendo assim, uma grande controvérsia, já que há tanto lucro sendo desenvolvido dentro da área Itaqui Bacanga e da comunidade do Anjo da Guarda, porém a mesma continua a ser taxada de bairro periférico e ainda persiste muitos problemas de infraestrutura.

Centro de Ensino Japiacú

O centro de ensino Centro de Ensino Japiacú, possui 780 alunos matriculados no ensino fundamental, sendo que 720 estão na modalidade regular e 60 no EJA. O ensino médio ofertado através da modalidade de ensino EJA possui três turmas, cada uma com 36 alunos, contabilizando 99 alunos, somando ao todo 879 alunos matriculados na escola. A estrutura predial foi construída exclusivamente para servir como escola, com 26 pavimentos ao total atualmente, divididos em: salas de aula, banheiros, sala de professores, secretaria, direção, biblioteca, sala de vídeo, sala de informática, copa-cozinha, lavanderia. O centro de ensino possui salas amplas, possui um espaço muito grande em seu entorno que poderia ser otimizado para outras funções. Porém, suas dependências estão bastante precárias, com vasos que não funcionam, descargas quebradas, isolamentos improvisados, depredações, salas com instalações precárias, ventiladores que não conseguem ventilar suficientemente bem para climatizar o ambiente, as portas não possuem trincos, e grande parte das paredes são riscadas e pichadas.

A escola possui um pátio interno onde são realizadas atividades extraclasse, apresentações e reuniões com os pais. Nesse mesmo local há um mini palco onde são feitas as culminâncias das atividades e projetos desenvolvidos pela escola e pelos professores. A escola possui uma quadra coberta, porém a mesma está totalmente depredada e impossibilitada de ser utilizada. O local onde são preparadas as refeições possui uma estrutura pequena, mas cumpre relativamente com a função de preparar e de servir as refeições, já o local onde são servidas as refeições, não possui estrutura de mesa ou cadeira, os estudantes se alocam onde for possível, dentro da área de vivência, que é o pátio interno. Outro espaço que aparentemente é usado como vivência está na parte da entrada da escola e principalmente durante o turno noturno é pouco utilizado, tanto pela falta de iluminação quanto pela sensação de insegurança.

Um pouco da história do Centro de Ensino Japiacú

A escola iniciou suas atividades em 1968 como o nome de Unidade Escolar Japiacú, hoje a escola é conhecida como Centro de Ensino Japiacú. A escola surgiu após o incêndio no bairro do Goiabal, que levou as famílias para a área Itapicuraíba. Então, para atender as crianças com idade escolar, o governador da época, José Sarney, mandou construir uma escola de alvenaria coberta com telha Brasilit com quatro salas de aula, dois banheiros, cantina e um grande pátio.

A escola recebeu o nome de Japiacú em homenagem a um grupo indígena que havia nesse lugar. Japiacú era o chefe da aldeia, então para homenagear o grupo, utilizaram do nome do chefe para nomear a escola.

No turno da noite a escola atende na modalidade EJA, estudantes em sua grande maioria pobres e negros, que residem no Anjo da Guarda ou em bairros próximos. O público atualmente é formado por jovens e adultos, que possuem históricos de repetências, evasão, que estão buscando retornar aos estudos, sendo maioria trabalhadores que não tem como estudar em outro turno.

Metodologia

A metodologia empregada neste trabalho foi tanto de cunho qualitativo quanto quantitativo. Foram realizadas entrevistas com o corpo docente, discentes, a equipe gestora do Centro de Ensino Japiacú, estudiosas da área da educação e o presidente do conselho de cultura do Maranhão que também atua como gestor de um centro de cultura.

Na trajetória da elaboração do trabalho, foram realizadas diversas entrevistas, mais nem todas foram selecionadas para exibição documental, pois, foram selecionadas as que geravam maior consenso e aproximação da temática.

Na primeira etapa, foi elaborado um roteiro parcial, contendo elementos a serem seguidos nas entrevistas e nas filmagens (disponível em anexo). Neste roteiro também foram elaboradas perguntas que estivessem relacionadas com o conhecimento e área de atuação de cada entrevistado. Do mesmo modo, elaboramos um termo de autorização de imagem, para menores e adultos que foi prontamente avaliado pelo Advogado Márcio Flávio Fonseca¹,

¹ Graduado em direito na Universidade Ceuma, advogado sob o registro 19175 na OAB-MA, Pós-graduando em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário.

dando seu aval para este documento.

A partir desta linha de raciocínio, foram selecionados alguns alunos que participaram do projeto cultura maranhense, levando em consideração as limitações de alguns e os que se disponibilizaram a fazerem parte das gravações, pois, um dos maiores focos do trabalho foi o aprendizado e absorção de conhecimento dos estudantes.

As primeiras entrevistas desenvolvidas foram com os estudantes, professoras e a gestão da escola.

Na segunda etapa, foram entrevistadas pesquisadoras da área educacional, que estudam e defendem uma educação inclusiva para toda a sociedade brasileira. Nesta etapa também foi entrevistado o gestor do Centro de Vivência Referência Casa do Tambor de Crioula.

Na fase das entrevistas utilizamos instrumentos como microfones de lapela mono, gravadores de áudio estéreo externos, câmeras, tripés, dentre outros, para uma melhor captação de áudio, luz e imagem dos entrevistados.

As entrevistas foram desenvolvidas em locais diferentes, desde modo necessitando de uma atenção isoladas para cada situação. Ao realizar as entrevistas com os alunos, alunas e equipe gestora nos deparamos com um ambiente com pouca iluminação, sendo preciso o auxílio de uma luz externa para uma obtenção de imagem mais nítida.

Na terceira e última etapa, fizemos a decupagem² dos vídeos para um melhor planejamento e elaboração de um roteiro final da produção (disponível em anexo), traçando uma linha de pensamentos. Mais adiante começamos a montar o vídeo, intercalando com imagens dos entrevistados, vídeos, áudios e imagens de cobertura. Neste momento gravamos as falas off (disponível em anexo), que são as falas de narração do documentário. Para a edição do vídeo utilizamos o programa Adobe Premiere Pro CC 2018 e o Photoshop, estes auxiliaram na correção de cada frame³. Ao final, fizemos um refinamento de todo o documentário, com intuito de acertar o volume e a cor do vídeo todo, pois durante o processo de edição algumas imagens tiveram que ser redirecionadas ou ampliadas,

perdendo muitas vezes a qualidade em que foi gravada ou fotografada.

² Em cinema e audiovisual, decupagem é o planejamento da filmagem, a divisão de uma cena em planos e a previsão de como estes planos vão se ligar uns aos outros através de cortes.

³ Quadro de vídeo, também conhecido como frames de vídeo ou frames por segundo, é cada uma das imagens fixas de um produto audiovisual.

Seguindo os métodos de análises críticas, a pesquisa bibliográfica auxiliou na problematização dos conceitos apresentados neste material, dando qualificação as falas e escrita, tanto na parte documental, quanto da parte descritiva, que foram de fundamental importância para o desenvolvimento desse trabalho.

Fundamentação teórica

A cultura é a herança de uma sociedade, o conjunto de objetivos materiais que permitem ao grupo assegurar sua vida cotidiana e a de instituições que coordenam as atividades dos membros dos grupos, de representações coletivas que constituem uma concepção do mundo, uma moral, uma arte. E esse conjunto é transmitido de geração a geração, para cada membro da sociedade, por meio do processo educativo. (Kabenguele Munanga)

A importância do estudo da história e cultura africana e afro-brasileira em todas etapas e modalidades da educação brasileira foi refletida na Lei 10.639/03, esta sendo fruto da luta do movimento negro pela afirmação e valorização de sua cultura como forma de combate ao racismo, que sempre foi negado pela classe dominante brasileira, mas que ganhou argumentação consistente nas décadas de 1930 e 1940 com a profusão do “mito da democracia racial no Brasil”⁴ excluindo a população negra dos lugares de destaque e os levando ao âmbito de marginalização.

Fruto de um longo processo histórico, foi apenas em 2001, na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, que o então presidente, Fernando Henrique Cardoso admitiu a existência de racismo no Brasil e se comprometeu em criar medidas de combate ao racismo.

Porém, foi só em 2003 com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, que se deu um grande passo nas políticas afirmativas no sentido de inserir na educação temas invisibilizados pelo racismo. Com a promulgação da Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

A Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos diz em seu Arts.:

⁴ A esse respeito ver: FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. v.1.

26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. §2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

O governo Lula representou um marco nas políticas afirmativas que ganharam espaço, não só pela promulgação da Lei Nº 10.639/2003, mas também pela criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, criada pela Medida Provisória Nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei Nº 10.678 de 23 de maio de 2003, uma Secretaria com status de Ministério, que foi primeiramente chefiada por uma mulher negra: Matilde Ribeiro. A SEPPIR foi um instrumento na promoção da igualdade racial, apoiando o sistema de cotas e outras políticas afirmativas.

Essas políticas afirmativas são o produto de anos de luta e dedicação do movimento negro. E é importante lembrar que a educação sempre teve lugar de destaque nos inúmeros movimentos de resistência ao sistema escravista, e a luta pelo acesso a uma educação igualitária e de qualidade continua mesmo após a abolição da escravidão, onde coletivos de pessoas negras promoveram acesso à educação a margem do Estado através de irmandades religiosas, clubes, terreiros de candomblé, oficinas profissionais e outros espaços.

Mesmo com tudo isso, a Lei 10.639/2003 tem encontrado dificuldades na sua implementação. Uma resistência ao ensino de história africana e afro-Brasileira que não está relacionada a sua complexidade, mas ao preconceito adquirido no processo de informação alienada sobre a África. Onde a imagem que a sociedade tem do africano é do selvagem, primitivo e geralmente está relacionada ao aspecto sexual ou a miséria⁵.

“É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.” (Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2013, p. 91).

⁵ A esse respeito ver: SANTOS, Gislene Aparecida dos. **Selvagens, Exóticos, Demóniacos**. Ideias Imagens Sobre uma Gente de Cor Preta. *Estudos Afro-Asiáticos*, 2002.

Assim, podemos afirmar que o ensino de história da África, da cultura e da luta dos afrodescendentes no Brasil é importante para combater o racismo estrutural. O Racismo estrutural consiste na naturalização do preconceito dentro da sociedade com determinadas etnias, a formação de um pensamento que julga indivíduos a partir de diferentes características físicas e culturais.

Cabe ressaltar que este “racismo estrutural” se manifesta também nos silêncios e omissões como nos explica Eliane S. Cavalleiro:

O silêncio da escola sobre a questão étnica tem permitido que seja ensinada a todas as crianças uma falsa superioridade branca – em beleza, cultura, inteligência e poder. Para as crianças negras, a escola tem-se mostrado omissa quanto ao dever de reconhecê-las positivamente no cotidiano escolar, o que concorre, significativamente, para o seu afastamento do quadro educacional. Esse afastamento inviabiliza a construção de uma escola democrática, que amplie as oportunidades educacionais, que reelabore uma visão crítica acerca da sociedade, que possibilite a elevação cultural e científica das camadas populares. (CAVALLEIRO, 2000, p. 206.)

Não se pode negar a diversidade cultural que nos rodeia inclusive nas escolas e nas salas de aula. Tanta diversidade muitas vezes resulta em grandes desafios a serem enfrentados pelos profissionais da educação. Tais discussões vão enriquecer a educação e a formação dos jovens como um todo, por isso, também, “as crianças e adolescentes que se identificam e são identificados como brancos têm muito a ganhar com o ensino qualificado das histórias e cultura afro-brasileira e indígena” (ALBERTI 2013, p.28).

“O currículo oculto das práticas escolares tem uma dimensão sócio-política inegável que se relaciona com as de socialização que a escola tem dentro da sociedade” (SACRISTÁN, 1998, p. 132). Por essa visão o currículo, constitui em uma forma de concentrar os entrelaçar as peculiaridades existentes entre o meio social e o meio escolar, somando ao conjunto de práticas em que significados são constituídos, disputados, rejeitados, compartilhados. Valoriza o caminho para a identidade do estudante.

O currículo dá espaço muitas das vezes, para a definição particular da cultura de um grupo específico. Sendo assim, o currículo não é neutro, é constituído de relações de poder e controle social sobre o conhecimento produzido.

A escola não é um meio isolado dos conflitos sociais externos a ela, ainda que uma espécie de pudor leve muitos à recomendação de não tratar em seu seio os problemas conflitantes da sociedade. Ao querer esquecê-los, os reproduz

acriticamente na maioria das vezes. As mensagens derivadas do currículo oculto, estejam à margem, coerentes ou em contradição com as intenções declaradas, não são alheios aos conflitos sociais: os papéis dos sexos na cultura, o exercício da autoridade e do poder, os mecanismos de distribuição da riqueza, as posições de grupos sociais, políticos, raciais, religiosos, etc. (SACRISTÁN, 1998, p. 132)

É um fato que âmbitos extraescolares, interferem diretamente no currículo escolar, dessa forma ao analisar a construção de um currículo devemos investigar todo contexto sociopolítico da sociedade em destaque.

O currículo que baseia a educação brasileira reflete uma visão altamente eurocêntrica do mundo, renegando a contribuição da população africana e afro-brasileira para história do país. A sua contribuição na arte, literatura, matemática, filosofia, etc. Que foram de fundamental importância para o conhecimento no Brasil. O currículo escolar precisa refletir a realidade de sua sociedade, portanto para conhecer a história do Brasil é necessário estudar a contribuição dos diversos povos que construíram a sua herança social. Deste modo, se faz necessário uma maior apropriação do legado de matrizes africana, em todas as suas esferas, apropriar-se da realidade brasileira como realmente ela foi construída, mas, sobretudo, como ela se expressa nos dias atuais, o que reflete diretamente no cotidiano escolar.

Pensar a relação entre educação e identidade negra nos desafia a construir, juntos, uma pedagogia da diversidade, além de nos aproximarmos do universo simbólico e material que é a cultura, somos desafiados a encarar as questões políticas. Tornar-se imprescindível afirmar que, durante anos, a sociedade brasileira e a escola distorceram e ocultaram a real participação do negro na produção da história, economia e cultura do Brasil, e, sobretudo, questionar os motivos de tal distorção e de tal ocultação. (GOMES, 2005. p. 15)

Podemos dizer que a utilização do trabalho escravo no Brasil, foi um dos responsáveis pelo uso de práticas racistas em nossa sociedade, mas, após a abolição, essas práticas foram absorvidas e incorporadas ao Estado. Incorporar ao currículo a cultura africana e afro-brasileira é desmistificar a visão construída do negro brasileiro, é uma forma de construir ferramentas para uma maior identificação da identidade negra. Principalmente quando o foco em questão são crianças e adolescentes em processo de formação, e consequentemente de autoafirmação.

A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento

negativo que consiste na crítica da concepção dominante (a ideologia burguesa); e um momento positivo que significa trabalhar o senso comum de modo a extrair o seu núcleo válido (o bom senso) e dar-lhe expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares. (SAVIANI *apud* SANTOS, 2015, p. 205)

Estas constatações históricas se refletem nos dados alarmantes apresentados pelo Brasil quanto a educação da população negra. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – PNAD, 2015, quanto a educação, na faixa etária entre 6 e 14 anos,

A taxa de escolarização para as pessoas de 6 a 14 anos de idade foi 99,2%, o equivalente a um contingente de 26,5 milhões de estudantes no sistema de ensino brasileiro, independentemente da etapa cursada. A taxa nacional foi similar à de todas as Grandes Regiões, e não houve diferenças relevantes nas taxas de escolarização, nem entre homens e mulheres, nem entre pessoas brancas e pessoas pretas ou pardas. (PNAD, 2015, p. 5)

Já entre os jovens de 15 a 17 ocorre uma diferença significativa no percentual de escolaridade entre negros e brancos.

Segundo a cor ou raça, observa-se que a taxa de escolarização das pessoas brancas de 15 a 17 anos de idade (88,8%) foi superior à das pessoas pretas ou pardas desse grupo etário (86,3%), e isso se repetiu em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Centro Oeste, onde as taxas foram semelhantes. (PNAD, 2015, p. 6)

A mesma pesquisa demonstra que, com relação à cor ou raça na média de anos de estudo “mais uma vez a diferença foi considerável, registrando-se 9,0 anos de estudo para as pessoas brancas e 7,1 anos para as pretas ou pardas” (PNAD, 2015, p. 3). E quanto a taxa de analfabetismo, novamente, aponta números alarmantes, “a taxa de analfabetismo para as pessoas pretas ou pardas (9,9%) foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (4,2%). Essa relação foi constatada em todas as Grandes Regiões” (PNAD, 2015, p. 2).

Diante de tais dados, e sabendo da importância da educação como instrumento de poder dentro da sociedade faz-se necessário pensar os fatores que contribuem para essas estatísticas e possíveis soluções para essas questões.

Com isso, a implementação de atividades que abordem temas sobre história e cultura africana e afro-brasileira tem o objetivo de intensificar a sensibilidade, sobre as necessidades de um vínculo maior com as diversas formas de cultura existentes em nossa sociedade. O resgate de manifestações culturais de grupos em que sua identidade se encontram ameaçada, é de grande importância para todos. Na tentativa de tornar o mundo menos opressivo, injusto e buscar a redução da discriminação e do preconceito

Resultados obtidos

A escola desenvolve projetos direcionados a prática e incentivo à leitura. O projeto leitura, muda a cada ano ou semestre, ganhando uma nova temática. No segundo semestre de 2018, foi desenvolvido o projeto “Escravo Nem Pensar”, que visava combater as práticas de racismo no espaço escolar e para além dele. Em paralelo com este foi desenvolvido o projeto “Manifestações Culturais” para o turno matutino, mobilizando em especial todos os alunos do sétimo ano.

O projeto contou com a participação de alunos, professores, estagiários e a gestora da escola. O projeto durou cerca de três meses, desde seu planejamento até a sua culminância.

O projeto foi elaborado pela professora de história Rosenice Frazão, e tinha o intuito de levar conhecimento para os alunos sobre temáticas que retratassem a história e cultura Africana e Afro-brasileira e de demonstrar como a cultura maranhense, possui elementos influenciadores diretos e indiretos do continente Africano. De uma forma mais lúdica a mesma desenvolveu metodologia específica para trabalhar em cada sala, já que em algumas salas existiam alunos com necessidades específicas necessitando de uma maior atenção e de uma metodologia totalmente direcionada.

O projeto falava sobre manifestações culturais existentes no Maranhão e suas origens. Entre elas são citadas com mais ênfases o Tambor de Crioula, Festa do Divino Espírito Santo, Dança do Coco e Bumba Meu Boi. Cada manifestação foi explicada e identificada tanto pela professora quanto pelas estagiárias que ajudaram no desenvolvimento do projeto. A princípio os alunos tiveram uma grande revelia ao projeto, principalmente os que eram ou tinham alguma relação religiosa com o protestantismo ou mesmo o catolicismo. Alguns alunos chegaram a descrever, em especial o Tambor de Crioula, como macumba (para alguns alunos esse tipo de manifestação cultural está relacionado a “magia negra”).

Com o decorrer do projeto fomos redirecionando esses olhares estereotipados dos alunos. Fizemos apresentações de vídeos e falamos da história de cada manifestação cultural. Aproximamos o projeto para a realidade dos alunos. Exemplificando com manifestações existentes em seus bairros e como essas poderiam salvar vidas e mudar o futuro de alguns jovens que ali residem. Fomos além, pedimos que dois alunos netos do presidente do coco Pirinã, falassem sobre suas experiências para as turmas e como essa manifestação era

importante, não só para eles que faziam parte, mas, para todos da sociedade, pois o coco é uma herança viva que resistia na forma de cultura.

Com o passar do tempo e pelas explicações os alunos passaram a demonstrar mais sensibilidade com a temática. Já pelo meio do projeto podemos notar que os alunos já começavam a entender um pouco mais sobre a importância dessas manifestações culturais na nossa sociedade, alguns demonstraram mais aproximação que outros, se destacando de forma significativa dentro do projeto. No dia da culminância, toda a comunidade escolar pode se deleitar com as excelentes apresentações dos alunos, que demonstravam total entendimento dos assuntos abordados.

Referências bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações ÉtnicoRaciais. Brasília: SECAD, 2006.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Adaptações curriculares. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) 2015.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/95090ddfb63a3412f04fedafd6d65469.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2019

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana.** Brasília: SECAD; SEPPPIR, 2009. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf>>

ALBERTI, Verena. **Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira.** IN: *Pereira, Amílcar Araújo e MONTEIRO, Ana Maria (org.). Ensino de história e cultura afro-brasileiras e indígenas.* RJ: Pallas, 2013, p. 27 – 55.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 206.

COSTA, Fernando. Saiba como surgiu o bairro Anjo da Guarda. O Imparcial online. São Luís, 2017. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2017/08/saiba-como-surgiu-obairro-anjo-da-guarda-2/>>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. v. 1.

Fundação Palmares certifica mais de 30 comunidades quilombolas. **Governo do Maranhão Agência de Notícias**, 2018. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/direitos-humanos/fundacao-palmares-certificamais-de-30-comunidades-quilombolas>>. Acesso em: 21 de maio de 2019

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei nº 10.639/03: breves reflexões. In: BRANDÃO, Ana Paula (Org). Modos de fazer : caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986. p. 81.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00020.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. **IBGE Agência de Notícias**, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>>. Acesso em: 21 de maio de 2019

REGIS, Kátia. **Relações etnicorraciais e currículos escolares: análise das teses e dissertações em Educação**. São Luís: EDUFMA, 2012.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, Exóticos, Demoníacos: idéias e Imagens Sobre uma Gente de Cor Preta. **Estudos Afro-Asiáticos**, vol.24, n.2. 2002. p. 275-289. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200003>>. Acesso em: 21 de abril de 2019

SANTOS, Rosenverck Estrela. **Educação Popular e Juventude Negra: um estudo da práxis político-pedagógica do movimento hip-hop em São Luís do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2015.



Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros
KWANISSA – Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros

VIANA, Maria da Guia. **Os desafios da implementação da Lei Federal N° 10.639: entre as Política Nacional de promoção da Igualdade Racial e Política Educacional do Maranhão.** São Luís: EDUFMA, 2015.